



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12924 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

Por uma transepistemologia feminista

Sara Wagner York / Sara Wagner Pimenta Gonçalves Junior - UERJ - FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

### Por uma transepistemologia feminista

**Resumo:** No presente texto vamos exercitar explicar-entender, ensinar-aprender, perguntar-refletir sobre ser mulher na Educação em 2023 e sobretudo a partir da atualização das leis prol trans/travesti diante do levante anti-trans encabeçado por frente conservadoras de direita e esquerda e como tais endereçamentos dialoga com mesmidades e cristalizações sociais amparadas pelo século passado. Para demonstrar nossa hipótese passamos por eventos recentes ao longo do texto e discutimos cânones da teoria feminista com Simone de Beauvoir. O Manifesto travesti também é um locus importante para a (des)construção de uma epistemologia feminista que estrela o antagônico viés da episteme pressuposta (SPIVAK, 2003), a masculinista, patriarcal e cujo patriopoder desenhou variados e amplos aspectos na cultura ocidentalizada. A experiência de vida e sua disposição social percebida e (d)escrita por uma mulher ainda não era percebida como “standpoint theory” (YORK, 2020). Se o próprio sexo, tido como materialidade corpórea ainda é pressuposto de gênero, que estaria relacionado aos processos de socialização, construção e desconstrução social, imagine desconectar três alargados da mente? A orientação sexual, o desejo e a identidade de gênero! Tudo isso dentro de nós e somente nós mesmos podendo acessar tais loci.

**Palavras-chave:** Anti-trans; travesti; políticas anti-gênero na educação

A partir de vivências trans, termo apresentado nesse texto de estilo micro-panorâmico do mundo cujo cânone ignorava outros mundos, propomos um diálogo. De um lado saberes estabelecidos como neutros, nortes ou estáticos, que cristalizados no tempo presente ignoram

sua própria brevidade. O segundo sexo, consagrado livro cujo inspiração atende as bases dos feminismos os argumentos sociológicos de Beauvoir, estão entrelaçados a dados estatísticos, depoimentos, mídia, literatura e experiências pessoais.

A epistemologia feminista estrela o antagonístico viés da episteme pressuposta (SPIVAK, 2003), a masculinista, patriarcal e cujo patriopoder desenhou variados e amplos aspectos na cultura ocidentalizada. A experiência de vida e sua disposição social percebida e (d)escrita por uma mulher ainda não era percebida como “standpoint theory” (YORK, 2020). Éramos todas mulheres brancas com acesso à informação e cujo intuito interseccional ainda não estruturava qualquer paradigma com tais encruzilhadas em alusão à Crenshaw e Akotirene.

O fato é que Simone de Beauvoir rompe certezas e se lança no caótico (i)mundo arquetípico masculinista e percebe seus atalhos, incertezas e criações fantasmagóricas que mais aludem à intenção que ao objeto. Quando Viviane V. escreve seu livro “Sou travestis” as ordens de uma nulidade ante a produção de uma masculinidade ficcional, que ganha proporções de cena de terror. A criança trans que no tatame fazia bolas de saliva ouve “olha que boca de chupar rola” dos coleguinhas mais velhos. É a marca de uma realidade onde a vivência e socialização masculinista torna-se um ideário de quem não pretende defender todas as crianças, mas crianças muito específicas, aquelas cujo aparato social imaculado pode sustentar em todas as versões sociais (na direita, na esquerda, na conservadora, na progressista, em todas!) menos naquela cujo a realidade periférica, com cheiro, cor, gênero e sexo, são postos à prova.

Recuperar o corpo e sua relação com o mundo, de quem? Pergunto a Beauvoir.

Recuperar daquele/s que foram ávidos em se apossar do destino alheio, da consciência de si e das percepções de outres. A assustadora onda de ataques e ameaças contra pessoas cujo gênero desloca sua imposição atrelada ao sexo, onde ambos são produzidos pela linguagem, também é especialmente dirigido às minorias sexualizadas (LGBTI+) e sobretudo explicitamente direcionados às mulheres e crianças.

Os ataques têm relação com ideologias falocentralizadoras e grupos radicalizados que unem slogans cissexistas e misóginos, supremacistas sexo-binarizados, cisgêneros brancos, capacitados e úteis. Ou seja, agregados a radicalização fascista, opera sobre uma produção estática e cujo a leitura polarizada não permite avanço. Mesmo que algumas versões se apresentem como sendo de “esquerda, progressista e/ou feminista” sua percepção de progressão ou evolução humana (seja por exposição, como escrito por Vigotsky, décadas passadas em sua Zona de Desenvolvimento Proximal ou por mera apreciação da maturidade através tempo) não parece causar reflexão.

Homens com vulva passam a ser um problema, por que são homens. Quem concede amor ao anatomofalo têm problemas por que amam pênis que são sinônimos de homens e homens não podem ser amados. Quem não é homem, mas tem pênis, também tem problemas por que é homem. Quem não é XX cromossomicamente falando, não importa se seja X0, XXY, XY, XXX, também é homem se o performa e principalmente se não sabe dizer o que é. Formas

diversas de neurotipia de conveniência! Ora, quem, ao longo da vida fez um exame de cariotipagem para saber de fato o que é na escala que “coincidentalmente” (sic) vai do macho à fêmea, como pressupostos biológicos?

Nesse contexto, a mesma direita radicalizada que promove e impulsiona ataques e ameaças em escolas e, agora, em universidades, propõe como solução para essa escalada de violência uma intensificação do policiamento dos ambientes de ensino, das pessoas, de professoras/es e principalmente de alunas/es/os. Quando Renan Quinalha escreveu sobre a “Em nome da moral e dos bons costumes” uma das cenas que recupera é da Alemanha pré-nazista e sua escalada pela liberdade. A liberdade e avanços nesse sentido, eram tantos que passou a ser um incômodo para aqueles cujo a vida se ancorava nos padrões persecutórios. Na sequência, Quinalha nos lembra do Triângulo Rosa, a marca sobre os nomeados e/ou apontados homossexuais. Apesar do crime de sodomia ter sido banido do Estado brasileiro no século XIX, seu retorno como homossexualismo acampava perseguições cruéis contra GLS (a sigla de gays, lésbicas e simpatizantes) nos anos 1980, e apenas em 1991 e sobre muitos corpos mortos gays e trans/travestis de todas as idades, o homossexualismo deixa de ser doença, mas a travestilidade e a transexualidade seguem no escopo por quase 30 anos.

Ao trazer esse triste trecho do passado abrimos a reflexão sobre a separação das discussões entre orientação sexual, expressão de gênero, desejo, sexo e a própria identidade de gênero. Não foi fácil dissociar e perceber todas essas congruências que nos compõe a todos. Se o próprio sexo, tido como materialidade corpórea ainda é pressuposto de gênero, que estaria relacionado aos processos de socialização, construção e desconstrução social, imagine desconectar três alargados da mente?

A orientação sexual, o desejo e a identidade de gênero!

Tudo isso dentro de nós e somente nós mesmos podendo acessar tais loci.

Nesse texto vamos tentar explicar-entender, ensinar-aprender, perguntar-refletir, como o ódio anti-trans e suas políticas ou vertentes tem causado incômodos capazes de recriar ambientes que nos remetem aos piores lugares da história para os corpos trans (o nazifascismo, a ditadura, as operações policiais de extermínio de travesti em nome das famílias de bem e das criancinhas, e por fim, a década de 1980 e o “câncer gay”).

Travestido, judiado, denegrado e tantas outras formas que a língua adere à norma ao passo que pune. Quem determina os limites possíveis de se existir enquanto travesti e ter uma experiência de vida que surge impregnada de estigmas e tabus, violência, invisibilidade e negação de espaços?

É desta linha de fuga na palavra do soberano que nos aproximamos. Assim, lembramos que o manifesto, enquanto um gênero literário, traz a sua potência neste aspecto. Alinhamo-nos ao manifesto em produção textual múltipla, pois propõe outras relações éticas, estéticas e de afetos. Esta produção múltipla do manifesto é marcada por uma posição política dentro de

uma determinada conjectura cultural e política, e incide com certa **urgência**. O manifesto é uma escrita que intensifica o agora. Ele é feito para que haja possibilidade de mudanças e tensionamentos futuros. A trilogia **queer** dos manifestos talvez pudesse ser nomeada com: 1) *O manifesto Ciborgue*, de Donna **Haraway (1994)**; 2) *Manifesto contrassexual*, de Paul B. **Preciado (2017)**; e 3) *Manifesto Gaga*, de Jack **Halberstam (2012)**. É evidente que em cada um destes manifestos há suas especificidades e o seu contexto de produção, porém, em todos eles há um programa e uma tentativa de quebrar determinadas barreiras político-epistêmicas, como assim também o é o próprio Manifesto.

Essa mesma identidade social, que é produtora de cultura, rompe com os signos binários estáticos e expressa-se como pertencente ao gênero feminino. A disruptura às normas sociais, ao longo da história, colocava as travestis às margens sociais, expondo ou naturalizando práticas de violência (estrutural, simbólica, patrimonial, psicológicas e físicas), além da exclusão social comumente praticada por parte da população contra nós.

O direito à autodeterminação delibera a todos os corpos (cis/trans) a possibilidade da autonomia sobre a escolha em retificar nome e gênero e, com isso, uma vez mais experienciam a adequação à norma como única forma de inserção cível e acesso às políticas públicas. Nos adequamos para sobreviver. Assim, aquelas que decidiram não emergir para uma vida “fora do armário” seguem em sua travestilidade, transexualidade ou transvestigeneridade, gozando de direitos ou confortos que deveriam operar sobre todas.

Enquanto travestis, dormimos crianças e (raramente) adolescentes (sendo que a adultização de nossos corpos, muitas vezes, nos impede de acessar a adolescência) e em um passe de mágica, ao dizermos algo que relacione o desejo físico ao corpo, até então lido como homoerótico, em questão de segundos, nos tornamos adultas maliciosas. Pervertidas. Onde o elemento é sentido de forma recorrente por pessoas de situação de rua, usuárias de drogas e travestis. É a dor do abandono por outros e, por algum momento, por si.

Exigir da vítima uma resposta seria uma forma de colocá-la em situação de revitimização, enquanto vítima a coloca como culpada por aquilo que lhe aconteceu. A pergunta que é feita à vítima ainda é “o que você fez para que isso acontecesse?”. Daniela Andrade,<sup>7</sup> em sua página no Facebook, diz que “um dia travesti aos corpos cisheteros já seria o suficiente para mudar o número de travestis mortas nas estatísticas”.

O que pode ser percebido é a existência de uma legalidade nas ações objetivadas e a transfobia estrutural por parte de uma sociedade, e governo, com características heterocentradas e cisnormatizadas que insistem, desde a década de 1970, com a ajuda do aparato policial, que “pôs em curso um processo de higienização e caça [...] às travestis” na tentativa, pouco produtiva, de eliminar, simbólica e fisicamente, esses desviantes de “sexo-gênero”

Marielle carregava consigo os significantes do feminismo que não tinha tempo para excluir, mas fome de espaço. Ouso dizer que se o feminismo fosse um avião de 200 lugares e uma de

nós ficasse para traz, ela recusaria entrar, por que o problema não era escolher quem pudesse embarcar, mas compreender que o veículo era inadequado para todas pudessem entrar.

Lina Pereira, a Linn da Quebrada, durante um programa de TV declarou que ensaiar uma coreografia enquanto mulher “e sendo conduzida por um homem era uma experiencia que sua existência jamais havia sentido em 32 anos de idade”. A ocorrência de sintomas de sofrimento psíquico de fato é mais prevalente na população trans do que na população cis, mas isso não pode ser atribuído às identidades trans em si mesmas, mas sim ao estresse de minoria, que é precisamente o estresse crônico de ter que lidar com o estigma social e a discriminação por longos períodos. Em alguns casos por toda vida...

O sofrimento decorrente da disforia de gênero, por sua vez, é comprovadamente aliviado por recursos médicos de alterações corporais quando desejados pelo usuário de saúde trans., Ou seja, a inconformidade com o padrão produzido socialmente, é capaz de criar os bolsões mais extremos de sofrimento. Não por ser “aquilo”, mas por ser um “aquilo” cobrado por ser um “aquilo que não se é”.

A percepção de uma espécie de reconvenção com o neoliberalismo e outros aspectos das sociedades. Muitos grupos cooptados pelas redes sociais que padronizam estão mais convencionais de um modo geral ou então estão menos dispostas a lidar com não convencional.

Observemos que mesmo grupos que partilham grupos específicos passam a utilizar de uma mesma nomenclatura, vocabulário, léxico e talvez seja a padronização a influencia da convencionalização das pessoas que falam para si, ao passo que querem que seus discursos norteiem outros sujeitos.

Os discursos que produzem sujeitos interessados em produzir um locus para chamar de seu, com modelagem dos discursos por espaço e atenção num antipluralismo absoluto imperceptível. Por não se ouvirem geram ameaças fictícias para si. A loira do banheiro ganha corpo: ela é trans ou travesti! Bingo!

Vertentes de má-fé tem usado inclusive a ideia de “binarismo estratégico”. Ora, binarismo é o que existe no (i)mundo desde sempre e que funcionou para abrigar aspectos dicotômicos e o acionamento do “estratégico” remete à Spivak (2003).

A coabitação talvez seja o elemento mais questionador, quanto inovador do/no feminismo. Judith Butler é uma filósofa e teórica queer que desenvolveu uma teoria política de coabitação. Em sua obra "Vida precária: os poderes do luto e da violência", Butler argumenta que a coabitação é uma forma de política que reconhece que a vida é precária e vulnerável e que requer cuidados e responsabilidades compartilhadas onde os principais pontos das políticas de coabitação de Butler são:

**Interdependência:** a coabitação reconhece que as vidas individuais estão interconectadas e

interdependentes, **Responsabilidade**: a coabitação implica uma responsabilidade mútua pelas vidas de outras pessoas e pelo meio ambiente. **Vulnerabilidade**: a coabitação reconhece que a vulnerabilidade é uma característica fundamental da vida humana. **Igualdade**: a coabitação é baseada na ideia de igualdade, onde todos têm direito a uma vida digna e respeito mútuo. **Reconhecimento**: a coabitação implica o reconhecimento mútuo das diferenças e particularidades de cada indivíduo e grupo. Essa abordagem enfatiza a interdependência, a responsabilidade, a vulnerabilidade, a igualdade e o reconhecimento mútuo, como fundamentos para a criação de uma sociedade mais justa e mais solidária por, para e entre todas, todos e todes.

## Referencias:

HALBERSTAM, J. Jack. **Gaga feminism: Sex, gender, and the end of normal** . Beacon Press, 2012.

HARAWAY, Donna Jeanne. A game of cat's cradle: science studies, feminist theory, cultural studies. **Configurations**, v. 2, n. 1, p. 59-71, 1994.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano** . Editora Cobogó, 2020.

PRECIADO, Paul B. Cartografias queer: o flâneur perverso, a lésbica topofóbica e a puta multcartográfica, ou como fazer uma cartografia “zorra” com Annie Sprinkle. **Revista Performatu: Inhumas**, ano, v. 5, n. 17, p. 01-32, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak?. **Die philosophin**, v. 14, n. 27, p. 42-58, 2003.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020.